

Manifesto de Fundação do IFFD

*"Tudo que podemos realizar, podemos financiar."
J. M. Keynes*

A asfixia ultraliberal

O Brasil está asfixiado e se enganam os que pensam que é somente o vírus da Covid-19 que impede o país de respirar. A agonia que hoje vivemos tem raízes mais profundas. O vírus fez com que muitos brasileiros sentissem os horrores literais da falta de ar, mas o sofrimento das vítimas da Covid resulta também da asfixia deliberadamente imposta pelo projeto ultraliberal de desmonte, subfinanciamento e sabotagem do Estado brasileiro, que deveria proteger a população da devastação pandêmica.

Mesmo antes do pesadelo da pandemia, o "normal" econômico e social brasileiro já era uma aberração. Por isso, não devemos tolerar o retorno ao velho "normal" quando a Covid-19 for vencida. Aberração é como devemos definir o regime de política econômica que, sob o mantra da redução do papel do Estado e da necessidade de equilíbrio fiscal, resulta na morte de centenas de milhares de pessoas, no desperdício e no saque dos nossos recursos naturais, na destruição da nossa cultura, da democracia e do nosso amanhã, tudo em proveito de alguns poucos.

O projeto político que nos foi imposto e o projeto econômico a ele associado são cruéis, obscurantistas e disfuncionais para a grande maioria da sociedade brasileira. A eles devemos nos opor com esperança, força e inteligência, cientes de que nossa obrigação como economistas, cientistas sociais, profissionais das mais diversas áreas do conhecimento e, principalmente, como cidadãos e cidadãos, é desenhar políticas econômicas que, ao contrário do modelo vigente no Brasil, permitam que nosso país se desenvolva em todo esplendor.

Economia funcional para a civilização e a democracia

Com os objetivos descritos criamos o *Instituto de Finanças Funcionais para o Desenvolvimento* – *IFFD*, cujo compromisso se anuncia com a própria escolha do nome, resgatando a Teoria das Finanças Funcionais que orienta não apenas os estudos econômicos e as pesquisas técnicas que propomos realizar, mas que afirma a missão com a qual todos estamos comprometidos.

As Finanças Funcionais foram apresentadas ao público por Abba Lerner no ano de 1943, buscando superar a insegurança e disfuncionalidade econômicas que haviam contribuído para a Segunda Guerra Mundial e levado a tamanha ameaça à civilização democrática. Com motivação semelhante, os membros fundadores do *IFFD* comprometem-se a contribuir para a superação da insegurança e da disfuncionalidade econômicas que continuam ameaçando a humanidade em 2021, quando o mundo segue devastado pela pandemia do coronavírus e carente de projetos funcionais para a reconstrução das sociedades.

Teoria consistente para uma economia funcional

As Finanças Funcionais propõem, efetivamente, *outro modo de pensar* o papel dos gastos públicos e da arrecadação de tributos pelo Estado a partir de cinco constatações:

(1) Na economia, são as decisões de gasto — do Estado, das famílias e das empresas — que determinam a renda;

(2) A elevação do gasto público aumenta a renda privada;

(3) Agentes públicos e privados necessitam de dinheiro para gastar, mas, diferentemente de famílias e empresas, o Governo Federal não enfrenta restrição financeira para efetuar seus pagamentos — somente restrições legais — dado que, ao gastar, cria moeda;

(4) Qualquer gasto, público ou privado, está sujeito a restrições associadas à disponibilidade e produtividade dos recursos reais da economia;

(5) Tributos são necessários para garantir que haja demanda pela moeda emitida pelo Estado. Do ponto de vista distributivo, uma estrutura tributária bem desenhada é crucial para combater assimetrias de renda e de riqueza e, do ponto de vista alocativo, é importante para sinalizar quais setores e atividades devem ser apoiados ou desestimulados.

Nessa perspectiva, cabe aos Estados, emissores de moeda soberana, a tarefa de corrigir as ineficiências macroeconômicas de modo a preservar o pleno emprego, bem como prover bens e serviços públicos garantidores dos direitos fundamentais da população (saúde, educação, moradia, transporte, segurança etc.) tão generosamente quanto permitirem os recursos materiais e tecnológicos da economia e a situação externa. Dessa forma, os gastos da União não podem ser limitados antes que os propósitos públicos sejam alcançados por simples apego a orçamentos governamentais equilibrados, sobretudo em um país como o Brasil no qual a maior parte da população sofre privações extremas de bens públicos básicos.

Deve-se, portanto, abandonar a análise econômica que compara falaciosamente as finanças públicas de governos soberanos às finanças privadas de empresas e famílias, substituindo-a pela Análise Funcional. Esta reconhece que o crescimento do déficit e da dívida públicos não representa risco de esgotamento de fontes de financiamento ou de comprometimento da capacidade do Estado de fazer pagamentos no futuro.

Adotar o olhar funcional sobre a gestão macroeconômica e sobre as finanças públicas significa atentar, cuidadosamente, para as consequências de cada decisão de política econômica (fiscal, monetária, cambial) materialmente relevantes para a sociedade — como nível de emprego, renda, inflação, distribuição da riqueza e da renda e respectivos impactos no bem-estar social, ao invés de orientar as decisões do governo em função de resultados contábeis como o equilíbrio do orçamento da União e a redução do nível de endividamento estatal.

Planejar o pleno emprego, o investimento e a utilização dos recursos reais

As Finanças Funcionais reconhecem como relevantes para o bom planejamento das políticas econômicas apenas as limitações reais da economia — de mão de obra, bens e serviços, bem como o limite externo, isto é, a capacidade de fazer frente aos compromissos em moeda estrangeira. Se a economia já opera em pleno emprego, gastos adicionais podem, de fato, gerar pressões inflacionárias. Na verdade, antes mesmo de se atingir o pleno emprego é provável que a economia esbarre em restrições da capacidade de oferta de determinados setores.

Entretanto, mesmo diante dessas restrições, cortar gastos públicos não fará com que a oferta se eleve automaticamente. Pelo contrário, além de aumentar o desemprego e a pobreza, a redução do gasto público tende a inibir a expansão da capacidade produtiva da economia — diretamente, como investimento público, e indiretamente, como incentivo ao investimento privado.

Assim, o planejamento eficiente do uso dos recursos da sociedade deve orientar a política econômica de forma a manter o nível de pleno emprego e a provisão dos bens públicos socialmente necessários, ao mesmo tempo em que transfira ou crie recursos reais para superar as restrições impostas pelos limites materiais, tecnológicos e externos da economia.

Responsabilidade econômica com o desenvolvimento

Além de se opor fundamentalmente à doutrina falaciosa da responsabilidade fiscal, segundo a qual governos devem buscar sempre o equilíbrio do orçamento público e a redução da dívida pública, nosso Instituto nasce especificamente comprometido com o combate às disfuncionalidades das regras fiscais que hoje impedem o Governo brasileiro de:

(1) oferecer bens e serviços públicos de qualidade à população;

(2) corrigir as ineficiências macroeconômicas que resultam das variações, retroalimentadoras, dos gastos privados;

(3) conduzir, com verdadeira responsabilidade econômica, a economia brasileira ao pleno desenvolvimento.

Os efeitos reais, bastante severos, do conjunto de regras fiscais disfuncionais vigentes no Brasil (especialmente o injustificável teto de gastos federais, instituído pela Emenda Constitucional 95) contrastam com as falsas promessas de prosperidade que motivaram sua criação e que são repetidas pelos que insistem em preservá-lo. Ao limitar a capacidade do Estado brasileiro de cumprir as obrigações de gestor competente da macroeconomia e de provedor responsável de bens e serviços públicos, esse ordenamento jurídico serve apenas para manter os interesses coletivos reféns dos interesses de poucos que lucram com o desmonte estatal, minando as bases do tecido social.

Como mostra claramente a realidade, a redução da participação econômica do Estado, resultante do cumprimento de regras fiscais disfuncionais, converte-se em desemprego, recessão, desigualdade de renda e de oportunidades, retorno do país ao "mapa da fome" e desperdício de recursos materiais e humanos vitais para o desenvolvimento da nação.

Atualizar o debate econômico nacional

Enquanto assistimos ao triste processo de pauperização e indigência de enormes parcelas da nossa população, bem como à deterioração dos serviços públicos mais essenciais à vida dos brasileiros e ao desenvolvimento nacional, a maioria dos formadores de opinião mais influentes insiste que continuemos aceitando e apoiando as terríveis consequências do dogmatismo fiscal disfuncional, mesmo enquanto a doutrina da austeridade está sendo pragmaticamente abandonada em quase todo o mundo.

Para suprir a carência do debate nacional foi criado o *IFFD*, uma instituição técnica que se propõe a realizar estudos e análises macroeconômicas, bem como a sugerir políticas públicas com base na perspectiva de que as finanças públicas devem ser funcionais ao desenvolvimento.

Superar o atraso da austeridade fiscal

O *IFFD* é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, independente de partidos políticos e de interesses econômicos particulares, constituída com a finalidade de realizar pesquisas e propor políticas públicas. Nossas análises orientam-se por:

(1) sólido embasamento teórico;

(2) investigação cuidadosa da realidade operacional das finanças públicas e respectivas relações com o resto da economia;

(3) compromisso ético em promover políticas públicas que elevem as condições de vida da população brasileira, ao mesmo tempo em que preservem o meio ambiente da degradação promovida pela exploração desordenada dos recursos naturais.

O *IFFD*, por fim, fundamenta suas análises no funcionamento real da economia e visa desconstruir os mitos da análise convencional sobre as finanças públicas e sobre o funcionamento do sistema econômico, superando a danosa hegemonia fiscalista.

O Instituto busca, ainda, subsidiar o debate público sobre os problemas objetivos que afetam a população brasileira, como o desemprego, a miséria, a calamidade sanitária, o desabrigo e a degradação ambiental, entre outros, e contribuir para afastar, definitivamente, a desastrosa ideia da austeridade fiscal, propugnando por uma economia a serviço das demandas sociais, do desenvolvimento e da sustentabilidade.